



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 85/CPL/2015

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza, através de sua Pregoeira Oficial **Nelci Aparecida de Souza**, designada pelo Decreto 3.179/PMMA/2015 torna público aos interessados, que estarão reunidos no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do **Pregão Eletrônico N.º 85/CPL/2015**, em sua forma **eletrônica**, tipo **menor preço**, realizado por meio da internet, no site: www.cidadecompras.com.br. O certame será regido em conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal 10.520/02, do Decreto Federal 5.450/05, da Lei Complementar 123/06, Lei Complementar 147/2014, da Lei Federal 8.666/93, Decreto nº 3.697 de 21/12/2000, Legislação Municipal e suas alterações, Decreto Municipal nº 2555/PMMA/2013 que dispõe sobre a regulamentação da Modalidade de Licitações Eletrônicas no Município de Ministro Andreazza/ RO, Decreto Municipal nº 1846/PMMA/2010 que dispõe sobre a regulamentação do Sistema Registro de Preços no Município de Ministro Andreazza/RO e demais exigências deste Edital, visando formalização de contrato administrativo para **fornecimento**, tendo como interessada a **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**.

1

1. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ÓLEOS HIDRÁULICO, GRAXA, FILTRO DE AR E FILTRO LUBRIFICANTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA..**

1.1. CADASTRAMENTO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS.

Início de recebimento de Propostas:	22 de Outubro de 2015 às 08h00min.
Fim de recebimento de Propostas	05 de Novembro de 2015 às 08h00min.
Início do Pregão:	05 de Novembro de 2015, às 09h00min.

1.2 Local: www.cidadecompras.com.br

Para todas as referências de tempo será observado o **horário de Brasília (DF)**.

1.3 Na hipótese de não haver expediente nas datas supracitadas, as mesmas se realizarão respectivamente no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário.

1.4 O contrato com a empresa vencedora do certame poderá ser prorrogado de acordo com o Art. 57, II da Lei 8.666/1993.

1.5 – Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 1 Termo de Referência.

ANEXO 2 Exigências para habilitação.

ANEXO 3 Modelo de Declaração Conjunta. Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Com. Nº 123/06); Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (Lei n 10.520/02); Não emprega menor (inc. V, art. 27, Lei nº 8.666/93); Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação (§ 2º, art. 32, Lei nº 8.666/93).

ANEXO 4 Modelo de Proposta.

ANEXO 5 Ficha Técnica Descritiva do Objeto.

ANEXO 6 Minuta da Ata.

ANEXO 7 Minuta do contrato.



2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a Confederação Nacional dos Municípios pelo web-site: www.cidadecompras.com.br

2.2 - As empresas licitantes deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema de Licitações de Pregão Eletrônico. Sendo sócio-proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

2.3 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza – Rondônia e ao Portal da CNM – Confederação Nacional dos Municípios, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. O credenciamento junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal do licitante e de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2
2.4 – O login e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, por iniciativa desta Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza e Portal Cidadecompras.com.br, devidamente justificada, ou em virtude de sua inabilitação.

3 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1- O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1- Poderão participar desta licitação qualquer empresa legalmente constituída, especializada no ramo, desde que satisfaça às exigências deste edital e devidamente cadastradas no portal da Confederação Nacional dos Municípios. Site www.cidadecompras.com.br.

4.2 - Poderão participar desta licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.3 – A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, além da apresentação da declaração constante nos anexos para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto (ANEXO V) o seu regime de tributação para



fazer valer o direito de prioridade no desempate. (artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, 14 dezembro de 2006).

4.4- É vedada à participação de empresas em forma de consórcios ou grupo de empresas.

4.5- Não poderão participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

4.6- O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão diretamente ou através de empresas associadas ao CIDADECOMPRAS por ele indicada, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços acordo.

5 - CREDENCIAMENTOS NO SISTEMA DE LICITAÇÕES

51 - Do envio das propostas de preços pelo sistema eletrônico.

5.1.1 - Os fornecedores credenciados interessados em participar do pregão eletrônico, deverão enviar suas propostas de preços, utilizando, para tanto, exclusivamente, o sistema eletrônico, sendo consideradas inválidas as propostas apresentadas por quaisquer outros meios.

5.1.2 - O representante credenciado observará as condições do Edital, disponível na lista de editais, observará as condições e exigências previstas e condicionantes do objeto do certame, manifestará, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista neste edital e inserirá sua proposta inicial para o objeto deste certame, até a data e horário previsto no preâmbulo deste ato convocatório.

5.1.3 - A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.1.4 - Caberá à empresa licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.5 - Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá preencher o campo **PREÇO UNITÁRIO**, encontrado na tela, com o preço unitário proposto para cada um dos **LOTES** especificados no Anexo I deste edital, em moeda nacional, com apenas duas casas decimais, sendo consideradas apenas as duas primeiras casas decimais, caso a proposta seja apresentada com três ou mais;

5.1.6 - **Nos preços cotados na proposta deverão estar incluídos todos os valores incidentes, tais como taxas, impostos, fretes, inclusive o ICMS, os quais deverão ser os praticados na data da abertura da proposta.**

5.1.7 - Para efeito da disputa na Sessão de Lances, os preços deverão ser cotados com o ICMS, taxas, impostos, fretes e outras despesas, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para a Prefeitura Municipal de MINISTRO ANDREAZZA.

3



6 – DOS REGULAMENTOS OPERACIONAIS DO CERTAME

- 6.1- O certame será conduzido pela **PREGOEIRA OFICIAL**, com auxílio da equipe de apoio, que terá em especial as seguintes atribuições:
- 6.1.1- Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio,
 - 6.1.2- Responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame,
 - 6.1.3- Abrir proposta de preços,
 - 6.1.4- Analisar a aceitabilidade das propostas,
 - 6.1.5- Desclassificar propostas indicando seus motivos,
 - 6.1.6- Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço,
 - 6.1.7- Verificar a Habilitação do licitante classificado em primeiro lugar,
 - 6.1.8- Declarar o vencedor,
 - 6.1.9- Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos,
 - 6.1.10- Elaborar a ata de sessão com auxílio eletrônico
 - 6.1.11- Encaminhar o processo ao Senhor Prefeito para homologar e autorizar a contratação.

7 – DA PARTICIPAÇÃO

4

- 7.1- A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.2- Caberão ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão de seu representante.

8 – DAS PROPOSTAS NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 8.1- O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 8.2- No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** do produto ofertado, conforme a **Ficha Técnica Descritiva do Produto**. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações neste campo implicará na desclassificação do licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. No caso de duas licitantes, cadastrarem propostas com mesmo valor prevalecerá e será acatada como correta a que for cadastrada primeira.
- 8.3- O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO I.
- 8.4- A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.



9 – DA HABILITAÇÃO

9.1 - Os documentos exigidos para a habilitação neste processo licitatório constam no ANEXO II.

9.2 - As declarações deverão conter carimbo do CNPJ, assinadas e reconhecidas as assinaturas do licitante, e serem impressas em papel timbrado da licitante.

9.3 - Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

9.4 - Não serão aceitos documentos emitidos após a data da sessão pública.

10 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1 - A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com divulgação das propostas de preços recebidas, passando a PREGOEIRA a avaliar a aceitabilidade das propostas.

10.2 - Aberta à etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.3 - OS LANCES DEVERÃO SER SOBRE O VALOR TOTAL UNITARIO.

10.4 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.5 - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema Não Identificará o autor dos lances aos demais participantes.

10.6 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra (RANDÔMICO). O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01(um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma as empresas apresentarem novos lances.

10.7 - O sistema informará a proposta em tempo real ao final da disputa, logo após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela PREGOEIRA acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.8 - Será solicitado ao licitante de maior desconto os documentos relativos à habilitação, de acordo com o Anexo II deste Edital, sendo os remetidos VIA FAX para (069) 3448-2361, ou e-mail: eamregaoministro@gmail.com, no prazo máximo de **02 (DUAS) horas** após o certame, com posterior entrega na sala da CPL em 03 (TRES) dias úteis, do original ou cópia autenticada.

10.8.1 A falta de encaminhamento dos documentos dentro dos prazos estabelecidos implicará na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta. Caso alguma dificuldade de transmissão via fac-símile, estes documentos poderão ser escaneados, salvos em arquivo formato Documento (extensão PDF) e remetidos, dentro do mesmo prazo, para o endereço eletrônico eamregaoministro@gmail.com.

5



10.8.2 Outras dificuldades no envio destes deverão ser imediatamente comunicadas a **PREGOEIRA OFICIAL** pelo Telefone/fax 69 3448-2361 Ramal 816.

10.9 - O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação citados no item 10.7 dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 15 deste Edital.

10.10 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a **PREGOEIRA OFICIAL** examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa a **PREGOEIRA OFICIAL** poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

10.11 - Caso não sejam apresentados lances serão verificados a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

10.12 - Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao licitante da proposta ou lance de menor preço.

11 – DAS PROPOSTAS ESCRITAS

11.1 - O licitante vencedor DEVERÁ enviar ao Setor de Licitação, a Proposta de Preços Escritos somente dos ITENS vencidos, conforme ANEXO IV, em 01(uma) via assinadas em todas as folhas pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária. Deverão acompanhar a proposta os documentos de Habilitação em originais ou cópias autenticadas com o selo do cartório.

11.2 **O prazo máximo para o envio do solicitado no acima citado é de até 03(três) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, para o endereço:**

**Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza
A/C PREGOEIRA OFICIAL\Nelci Aparecida de Souza
Comissão de Licitação/ Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Avenida Pau Brasil Nº 5577 - Centro
CEP 76.919-000 Ministro Andreazza – RO.**

11.2- A proposta escrita deverá conter:

11.2.1 - Especificação completa e marca do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no ANEXO I, deste Edital.

11.2.2 - Valores oferecidos após a etapa de lances.

11.2.3 - Prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais.

11.2.4 - Prazo de entrega do produto e/ou serviço oferecido com informações que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no ANEXO 01, deste Edital.

11.2.5 - O valor ofertado será Fixo e Irreajustável de acordo com a Lei Federal nº 9.069/95.

11.3 Serão rejeitadas as propostas que:

6



- 11.3.1 Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto e/ou serviço licitado;
- 11.3.2 Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do pregoeiro (a);
- 11.3.3 Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

12 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 12.1- Para julgamento será adotado o critério MENOR PREÇO UNITARIO, observado o prazo para o fornecimento, as especificações técnicas, parâmetro mínimo de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 12.2- Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

13 - DA EXECUÇÃO

- 13.1 O prazo deverá ser obedecido conforme PROJETO BÁSICO.

14 - ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

14.1 – ESCLARECIMENTOS e IMPUGNAÇÃO:

14.1.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico eampregaoministro@gmail.com, até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

14.1.2 - A **Pregoeira**, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.1.3 - Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.1.4 - Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados a **Pregoeira** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico eampregaoministro@gmail.com.

14.1.5 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

14.2 DOS RECURSOS:

14.2.1 - Declarado o vencedor, a **Pregoeira** abrirá prazo de 15 minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.2.2 - A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a **Pregoeira** a adjudicar o objeto ao **licitante vencedor**.

14.2.3 - A **Pregoeira** examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.



14.2.4 - O **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais **licitantes**, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.2.5 - Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos franqueada aos interessados.

14.2.6 - As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela **Pregoeira** serão apreciados pela autoridade competente.

14.2.7 - O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15 - MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15 - DAS PENALIDADES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

- 15.1.1. Apresentar documentação falsa;
- 15.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 15.1.3. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- 15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 15.1.6. Fizer declaração falsa;
- 15.1.7. Ensejar o retardamento da execução do certame.

15.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa de até **2% (dois por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 15.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- 15.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- 15.3.2. Apresentar documentação falsa;
- 15.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;
- 15.3.4. Cometer fraude fiscal;

15.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



9

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até **5% (cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de **15 (quinze)** dias;

b.2. Compensatória de até **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o município de Ministro Andreazza/RO, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

15.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

15.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

15.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

30.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.

15.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou



ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16. DO PAGAMENTO:

16.1 O pagamento será de acordo com o PROJETO BÁSICO.

16.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, INSS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL E FEDERAL) em validade para o pagamento.

16.3 Quaisquer erro ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

16.4 Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

16.5 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter número do Processo e número do empenho.

17. VALOR ESTIMADO A SER LICITADO

Valor estimado para a contratação é de R\$ **288.963,03 (Duzentos e Oitenta e Oito Mil e Novecentos e Sessenta e Três Reais e Três Centavos)**.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão a conta dos recursos consignados na dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente **SEMAGRI – 02.010.20.606.0034.2.147**. – Apoio ao aumento da produção e da produtividade agrosilvopastoril.

SEMOSP- 02.005.04.122.0007.2.014 – Atendimento ao Desenvolvimento da SEMOSP.

SEMEC- 02.006.12.361.0042.2.069 – Manutenção do Programa Transporte Escolar PENATE, **02.006.12.361.0016.2.059** – Manutenção do Programa Salário Educação

Elemento De Despesas **3.3.90.30.00.00 Material de Consumo**.

19 – DOS ORGÃOS: GERENCIADOR E PARTICIPANTES

19.1 - Órgão Gerenciador é Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

19.2 – Órgãos Participantes são Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Educação.

20 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 - Após a proclamação do resultado da licitação e adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro (a) será efetuado o registro de preços e confeccionada a respectiva Ata de Registro de Preços, conforme modelo em Anexo do presente Edital, compromisso a ser firmado entre os licitantes vencedores e o Órgão Gerenciador, e homologada pela Autoridade Competente.



20.2 - Os licitantes vencedores serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação.

20.3 - A Ata de Registro de Preços poderá ser enviada por E-MAIL aos VENCEDORES, que deverão conferir as informações, assinar, rubricar as demais folhas e remeter ao setor jurídico, para que seja assinada pelo Ordenador de Despesas e devolvida, uma das vias, aos licitantes vencedores.

20.4 - Na hipótese do não atendimento à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá o Órgão Gerenciador, aplicar as sanções previstas neste Edital e proceder à análise das propostas dos demais licitantes, respeitada a ordem de classificação.

20.5 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços o licitante adjudicatário obriga-se a fornecer os bens a ele adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus Anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do Edital.

20.6 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura.

20.7 - A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviços em igualdade de condições (Artigo 7º do Decreto n.º. 3.931/2001).

11

21. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador:

- a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e serão convocados os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

21.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação de serviços;
- b) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

21.3 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



22 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

22.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) Não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;
- b) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- c) Nos casos previstos em lei.

22.2 O cancelamento dar-se-á em relação a todos os itens adjudicados ao mesmo fornecedor.

22.3 O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Órgão Gerenciador.

22.4 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, desde que seja formulado antes da emissão na nota de empenho, assegurada à Administração a aplicação de penalidades legais, caso não aceite as razões do pedido.

23 - DA FISCALIZAÇÃO

23.1 A fiscalização e o acompanhamento do contrato serão exercidos por servidores vinculados ao Órgão Gerenciador e aos Órgãos Participantes, nos termos do Art. 67 da Lei n.º. 8.666/1993 e Decreto n.º. 3.931/2001.

23.2 O acompanhamento será exercido no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades advindas da prestação do serviço, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

23.3 São atribuições dos representantes do Órgão Gerenciador e dos Órgãos Participantes:

- a) Controlar os prazos, bem como o cumprimento das demais cláusulas previstas no instrumento convocatório, buscando garantir a fiel execução contratual;
- b) Assegurar a regularidade e constância do fluxo de informações existentes entre a Contratante e a Contratada, assim como entre os diversos Órgãos da Administração, envolvidos direta ou indiretamente com o objeto contratual;
- c) Registrar as reclamações, impugnações e outras informações relevantes que, eventualmente, venham a ocorrer durante a execução do Contrato;
- d) Informar toda e qualquer irregularidade relativa à execução Contratual ao superior hierárquico, bem como as matérias que ultrapassem a sua competência;
- e) Atestar as faturas correspondentes, após análise dos valores e verificação da conformidade dos serviços, no prazo previsto no instrumento convocatório, para efeito de pagamento;
- f) Caso os valores constantes nas planilhas e notas fiscais/faturas contenham qualquer incorreção, deverá ser justificada no mesmo prazo e razão pela qual deixará de ser atestada a veracidade das informações, sendo comunicada à Contratada para a devida correção;
- g) Solicitar da empresa contratada a substituição dos serviços entregues em desacordo com o ofertado na licitação;



- h) Os casos de descumprimento de obrigação serão encaminhados à Diretoria de Administração do Órgão Gerenciador para que sejam tomadas as providências cabíveis;
- i) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos interesses da Instituição, sobretudo quanto aos valores praticados.

24 – DO CONTRATO

24.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexa do presente ato convocatório, e será convocada em até 05 (cinco) dias úteis para assinatura do mesmo.

24.2. O prazo para o recebimento da Nota de Empenho de Despesa será de no máximo 05 (cinco) dias, contados da convocação para a sua formalização, podendo ser prorrogado uma só vez, por igual período, nas situações previstas no § 1º do art. 64 da lei n.º. 8.666/93, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da mesma lei;

24.3. O fato da adjudicatária, convocada dentro do prazo de eficácia de sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, sujeitar-se às penalidades do art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/2002, autoriza a **PREGOEIRA** a examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo esta declarada vencedora;

13

25 – JUSTIFICATIVAS DOS LOTES

25.1 – Visando maior economia para administração os serviços foram divididos em lotes para que haja maior concorrência.

26 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

26.1 – Fiscalizar a fiel observância das disposições do contrato através de Comissão designada para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços registrando em relatório as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, notificando à empresa, sobre as falhas ou defeitos, determinando prazo à regularização das falhas e defeitos observados. Caso as falhas não forem sanadas a empresa receberá as sanção previstas em Lei.

26.2 – Efetuar o pagamento pela prestação dos serviços, na forma convencionada no Contrato, desde que atendidas às formalidades previstas.

26.3 – Fornecer e colocar à disposição da(s) vencedora(s) todos os elementos e informações que se fizerem necessários à contratação.

26.4 – Notificar, formal e tempestivamente, a(s) vencedora(s) sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

26.5 – Acompanhar a execução do objeto contratado, efetuada pela(s) vencedora(s), podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento.

26.6 – Cumprir com todas as determinações contidas no Termo de Referência, e no edital de convocação e seus anexos.



27 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.1 - Responsabilizar-se pela composição da matéria, dentro da melhor técnica e qualidade, publicando-a na forma e data indicadas;

27.2 - Responder por si e por seus propositos, por danos causados ao Município ou terceiros por sua culpa ou dolo.

27.3 - Manter durante todo o prazo de vigência contratual as condições de habilitação compatíveis com a obrigação assumida.

27.4 - Não alterar o veículo de publicação, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração do CONTRATANTE;

27.5 - Sanar, sem ônus para o CONTRATANTE, todas as falhas técnicas que porventura venham a ocorrer, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas do recebimento da solicitação, via correio eletrônico;

27.6 - Responsabilizar-se pela republicação da matéria, sem ônus para o CONTRATANTE, nos casos de incorreções, na edição do primeiro dia útil subsequente ao da publicação equivocadamente realizada;

28 – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

28. 1 - Os preços não sofrerão reajuste, a não ser no caso do previsto no art. 65, II, d da Lei 8.666/93.

14

29 - DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela **Pregoeira**.

29.3 - No julgamento das propostas e da habilitação, a **Pregoeira** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.4 A adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação do resultado desta licitação não implicarão direito à contratação.

29.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerá as deste Edital.



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º. 085/CPL/2015
Processo Administrativo N.º 0 58/SEMAGRI/2015

C P L
Processo N.º 58
Folhas _____

29.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br e www.ministroandreaZZa.ro.gov.br.

29.10 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei n.º 10.520, de 2002, no Decreto n.º 5.450, de 2005 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666, de 1993.

29.11 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, elege-se o foro de Cacoal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

29.12 - A pregoeira e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de 7h00 as 13h00 de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala da SUPEL, localizada na Prefeitura de Ministro Andreazza – RO, para maiores esclarecimentos.

29.13. A Pregoeira responsável pelo certame reserva-se o direito de solicitar da LICITANTE, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento;

Ministro Andreazza – RO, 20 de Outubro de 2015.

15

Nelci Aparecida de Souza
Pregoeira Oficial
Decreto 3.179/2015/PMMA



ANEXO I **TERMO DE REFERÊNCIA**

1. INTRODUÇÃO

Em observância ao disposto no Artigo 7º, parágrafo 2º, inciso I, c/c o Artigo 6º, IX, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Termo de Referência para que através do procedimento legal pertinente com a finalidade de selecionar a melhor proposta para contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de óleo lubrificantes, filtro de óleo e filtro de ar para atender as necessidades das Secretarias Municipal de Ministro Andreazza por meio do sistema de registro de preço.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para eventuais aquisições de óleos lubrificantes, óleos hidráulico, graxa, filtro de ar e filtro lubrificante conforme descrito nesse Termo de Referência. A presente licitação destina-se à escolha do menor preço unitário, por item, dos produtos abaixo especificados, para constar em registro de preços, a ser fornecido em quantidade compreendida entre aquelas informadas como mínimas e máximas, quando deles o Município tiver necessidade e desde que os seus preços estejam compatíveis com os praticados pelo mercado no momento da uma eventual compra.

2.2. As quantidades dos produtos que vierem a ser adquiridos serão definidas na respectiva Autorização de Fornecimento/Empenho ou instrumento equivalente, que só será emitida dentro do prazo de validade do registro de preço, correspondente a um ano contado da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, respeitada, no somatório das eventuais aquisições, a estimativa máxima de consumo. Assim atendendo a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente- SEMAGRI, secretaria municipal de Obras e serviços público – SEMOSP e Secretaria Municipal de Educação – SEMEC.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Esta aquisição se justifica devido à necessidade das secretarias manterem em bom estado os veículos e maquinários oficiais para pronto atendimento aos programas e projetos desenvolvidos no município.

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação, em razão de:



- a) Os preços registrados não obrigar a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações;
- b) haver necessidade de fornecimento com certa frequência do objeto, ora licitado, de forma parcelada;
- c) não ser possível definir o quantitativo a ser demandado previamente;

4.2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para o item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora.

4.2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse da solicitante na aquisição dos serviços com preço registrado, será firmado contrato(s) com a empresa vencedora, e emitido as respectivas Nota(s) de Empenho(s).

4.2.2. Poderá ser firmado novo contrato no próximo exercício financeiro, se a Ata de Registro de Preços ainda possuir saldo e estiver em vigor, cuja empresa vencedora ficará obrigada a fornecer os serviços, ao preço registrado na Ata de Registro de Preços.

5. DO PRAZO PARA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

5.1. Objeto da presente licitação deverá ser entregue nas especificações e demais características, em conformidade com o ofertado na proposta da licitante e aceito pelo Município, na sede de cada secretaria conforme a solicitadas das mesmas.

5.2. O prazo máximo para a entrega é de até 10 (dez) dias após o recebimento da nota de empenho.

6. DOS QUANTITATIVOS PARA REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades estabelecidas no quadro abaixo são estimadas, para fins de Registro de Preços, as secretarias municipais obrigarão a pagar apenas pelos material efetivamente solicitado.

LOTE: 01

Itens			
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE- SEMAGRI			
Itens	Descrição	Unidade	Quantidade estimada
01	Óleo lubrificante Turbo STD15 W 40 API CG 4 1ª linha, balde com 20 litros.	Balde	65
02	Óleo ATF hidráulico de 1ª linha, galão com 20 litros	Galão	15
03	Óleo hidráulico 68 ISO VG, galão com 20 litros.	Galão	65



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º. 085/CPL/2015
Processo Administrativo N.º 0 58/SEMAGRI/2015

C P L
Processo N.º 58
Folhas _____

04	Óleo SAE W 30 Tork. Galão com 20 litros	Galão	20
05	Óleo lubrificante 140, 1º linha galão com 20 litros	Galão	20
06	Óleo 80 w 90 API 1º /GL 05 balde de 20 litros	Balde	25
07	Fluido de freio Dot 04 frasco com 500 ml	Frasco	20
08	Solução aquosa 1º linha galão com 20 litros	Galão	80
09	Óleo lubrificante SAE 50 T 04 balde de 20 litros	Balde	15
10	Óleo 85 W 140 API/GL-5, balde de 20 litros	Balde	10
11	Óleo transmissão 10 W 30 multi G balde de 20 litros	Balde	15
12	Graxa NGLI - 2	Tambor	03
13	Graxa CH	Tambor	02

LOTE: 02

18

Itens			
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS			
Itens	Descrição	Unidade	Quantidade estimada
01	Óleo lubrificante Turbo STD15 W 40 API CG 4 1º linha, balde com 20 litros.	Balde	159
02	Óleo ATF hidráulico de 1º linha, galão com 20 litros	Galão	35
03	Óleo hidráulico 68 ISO VG, galão com 20 litros.	Galão	55
04	Óleo 80 w 90 API 1º /GL 05 balde de 20 litros	Balde	65
05	Fluido de freio Dot 04 frasco com 500 ml	Frasco	105
06	Óleo hidráulico ambra máster tran balde com 20 litros	Balde	40
07	Óleo lubrificante SAE 50 T 04 balde de 20 litros	Balde	75
08	Óleo 85 W 140 API/GL-5, balde de 20 litros	Balde	30
09	Óleo transmissão 10 W 30 multi G balde de 20 litros	Balde	45
10	Óleo lubrificante p/ motor SAE 50 balde 20 litros	Balde	40
11	Óleo lubrificante semi sintético 10w 40	Litro	40
12	Óleo lubrificante API-SL 20W50	Litro	40
13	Óleo lubrificante 2 tempos	Litro	40



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n°. 085/CPL/2015
Processo Administrativo N° 0 58/SEMAGRI/2015

C P L
Processo N° 58
Folhas _____

14	Graxa NGLI - 2	Tambor	03
15	Graxa CH	Tambor	03

LOTE: 03

Itens			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Itens	Descrição	Unidade	Quantidade estimada
01	Óleo lubrificante Turbo STD15 W 40 API CG 4 1º linha, balde com 20 litros.	Balde	50
02	Óleo ATF hidráulico de 1º linha, galão com 20 litros	Galão	20
03	Fluido de freio Dot 04 frasco com 500 ml	Frasco	10
04	Óleo 80 w 90 API 1º /GL 05 balde de 20 litros	Balde	25
05	Óleo lubrificante 140, 1º linha galão com 20 litros	Galão	25
06	Óleo lubrificante semi sintético 10w 40	Litro	10
07	Graxa NGLI - 2	Tambor	03
08	Graxa CH	Tambor	03
09	Filtro FBD – 353- Diesel	Unidade	10
10	Filtro LB – 962 - Lubrificante	Unidade	10
11	Filtro 2RO 1271771 - Diesel	Unidade	10
12	Filtro S1.05501.7160 - Lubrificante	Unidade	10
13	Filtro S11.2503-0063 - Diesel	Unidade	10
14	Filtro FBS – 960/1 - Separador	Unidade	10
15	Filtro HD 983 - Lubrificante	Unidade	10
16	Filtro LX 1716 – Ar	Unidade	10
17	Filtro FBS 980 - Separador	Unidade	10
18	Filtro de Óleo Motor 152	Unidade	10
19	Filtro de Óleo Motor 166	Unidade	10
20	Filtro de Óleo Motor L200	Unidade	10

19



7. DA FORMAÇÃO DE PREÇOS

7.1. A licitante deverá apresentar sua proposta contendo uma planilha semelhante à descrita abaixo, para formação do preço global:

Item	Descrição	Unid.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	Óleo lubrificante Turbo STD15 W 40 API CG 4 1º linha, balde com 20 litros.	Balde	274	R\$ 264,00	R\$ 72.336,00
02	Óleo ATF hidráulico de 1º linha, galão com 20 litros	Galão	70	R\$ 254,00	R\$ 17.780,00
03	Óleo hidráulico 68 ISO VG, galão com 20 litros.	Galão	120	R\$ 220,33	R\$ 26.439,60
04	Óleo SAE W 30 Tork. Galão com 20 litros	Galão	20	R\$ 294,00	R\$ 5.880,00
05	Óleo lubrificante 140, 1º linha galão com 20 litros	Galão	45	R\$ 261,00	R\$ 11.745,00
06	Óleo 80 w 90 API 1º /GL 05 balde de 20 litros	Balde	115	R\$ 271,00	R\$ 31.165,00
07	Fluido de freio Dot 04 frasco com 500 ml	Frasco	135	R\$ 25,33	R\$ 3.419,55
08	Óleo hidráulico ambra máster tran balde com 20 litros	Balde	40	R\$ 341,00	R\$ 13.640,00
09	Solução aquosa 1º linha galão com 20 litros	Galão	80	R\$ 99,33	R\$ 7.946,40
10	Óleo lubrificante SAE 50 T 04 balde de 20 litros	Balde	55	R\$ 348,00	R\$ 19.140,00
11	Óleo 85 W 140 API/GL-5, balde de 20 litros	Balde	40	R\$ 256,00	R\$ 10.240,00
12	Óleo transmissão 10 W 30 multi G balde de 20 litros	Balde	60	R\$ 346,00	R\$ 20.760,00
14	Óleo lubrificante semi sintético 10w 40	Litro	50	R\$ 28,00	R\$ 1.400,00
15	Óleo lubrificante API-SL 20W50	Litro	40	R\$ 22,66	R\$ 906,40
16	Óleo lubrificante 2 tempos	Litro	40	R\$ 19,66	R\$ 786,40
17	Graxa NGLI - 2	Tambor	09	R\$ 1.631,66	R\$ 14.684,94
18	Graxa CH	Tambor	08	R\$ 2.643,33	R\$ 21.146,64
09	Filtro FBD – 353- Diesel	Unidade	10	R\$ 65,00	R\$ 650,00
10	Filtro LB – 962 - Lubrificante	Unidade	10	R\$ 35,00	R\$ 350,00
11	Filtro 2RO 1271771 - Diesel	Unidade	10	R\$ 110,00	R\$ 1.100,00



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n.º. 085/CPL/2015
Processo Administrativo N.º 0 58/SEMAGRI/2015

C P L
Processo N.º 58
Folhas _____

12	Filtro S1.05501.7160 - Lubrificante	Unidade	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
13	Filtro S11.2503-0063 - Diesel	Unidade	10	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00
14	Filtro FBS – 960/1 - Separador	Unidade	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
15	Filtro HD 983 - Lubrificante	Unidade	10	R\$ 85,00	R\$ 850,00
16	Filtro LX 1716 – Ar	Unidade	10	R\$ 90,00	R\$ 900,00
17	Filtro FBS 980 - Separador	Unidade	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
18	Filtro de Óleo Motor 152	Unidade	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
19	Filtro de Óleo Motor 166	Unidade	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
20	Filtro de Óleo Motor L200	Unidade	10	R\$ 40,00	R\$ 400,00
Total Geral					R\$ 288.963,03

08. DA DURAÇÃO DA ATA E DOS CONTRATOS

08.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será a partir da publicação no Diário Oficial do estado de Rondônia e terá duração de até 12 meses;

08.2. O(s) Contrato(s) oriundo(s) do Registro de Preço terá seu período de vigência limitado(s) sempre ao exercício financeiro (créditos orçamentários), pelo fato do objeto deste instrumento, tratar-se de serviço comum.

09. DO PAGAMENTO

09.1. Os pagamentos dos serviços serão efetuados no prazo máximo de 10 (dez) dias após apresentação da Nota Fiscal por parte da EMPRESA VENCEDORA, já incluído neste prazo, 03 (três) dias úteis para o atesto dos serviços pelo gestor do contrato, desde que estes estejam em conformidade com as exigências contratuais e que não haja fator impeditivo;

09.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susgado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, quaisquer ônus.

09.3 A Prefeitura não pagará os material que não forem consumidos, e que não forem devidamente atestados pelo gestor do contrato. As requisições de controle dos serviços executados deverão ser assinadas pelo secretario municipal de agricultura e meio ambiente, sob pena de não serem aprovadas e nem atestadas pelo gestor do contrato.

09.4. Para efeito de pagamento a Nota fiscal deverá ser apresentada acompanhada das requisições emitidas pelo servidor responsável.



10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste termo de referência correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura e meio ambiente.

- **Unidade Orçamentária:** 02010 – da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

- **Programa de Trabalho:** 02.010.20.606.0034.2.147–Apoio ao aumento da produção e da produtividade agrosilvopastoril.

- **Natureza da Despesa: 33.90.30 – Material de consumo**

10.2. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste termo de referência correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal obras e serviços públicos

- **Unidade Orçamentária:** 02.005 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

- **Programa de Trabalho:** 02.005.04.122.0007.2.014- Atendimento ao desenvolvimento da SEMOSP.

- **Natureza da Despesa: 33.90.30- Material de consumo**

10.3 A despesa com a futura contratação dos serviços ocorrerá por conta do Orçamento do Programa 02.006.12.361.0042.2.069 – Manutenção do Programa Transporte Escolar PNATE e **Manutenção do Programa Salário Educação 02.006.12.361.0016.2059** e elemento de despesa 3.3.90.30.00.00 **Material de Consumo - Diversos Consignados no orçamento de 2015.**

11. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO

11.1. São obrigações das empresas detentoras do registro:

A. Cumprir fielmente todas as condições estipuladas neste edital e na ata de registro de preços, de forma que o objeto seja entregue pontualmente e mantidas com esmero e perfeição, sob a sua inteira responsabilidade;

B. Disponibilizar um número de telefone, móvel ou fixo, para as chamadas de atendimento geral;

C. Fornecer a Contratante, toda e qualquer informação que lhe seja solicitado sobre o objeto da contratação, bem como, facilitar-lhe a fiscalização da entrega do objeto;

D. A empresa deverá manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, tributos Estaduais, Municipais e outras solicitadas) e qualificação exigida na licitação.

E. Executar a entrega do produto licitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;

F. Executar entrega do produto licitado nas quantidades indicadas pelo órgão contratante através de pedidos;



G. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação;

H. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais solicitados;

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

12.1. A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza, obriga-se a:

I - notificar o FORNECEDOR de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

II - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas na Ata do Registro de Preços;

12.2 Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

13. DO VALOR

Estima-se o valor da presente aquisição dos materiais em aproximadamente **R\$ 288.963,03 (Duzentos e oitenta e oito mil e novecentos e sessenta e três reais e três centavos)**.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas quanto a esse registro de preço poderão ser tiradas através do telefone (69) 3448 - 2468, na SEMAGRI no horário de 7:00 às 13:00 horas.

Ministro Andreazza- 25 de Agosto de 2015.

José A. Pereira
Sec. Mun. De Agric. e Meio Ambiente

Vanderlei Alves Moreira
Sec. Municipal de Obras e Serv. Públicos

Sueli Regina de S. S. Silva
Secretária Municipal de Educação



ANEXO II
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/CPL/2015

REQUISITANTE: SEMAGRI

Processo Nº 58/2015

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Os documentos para habilitação deverão ser apresentados **ENUMERADOS** conforme descritos a seguir:

01	Ato constitutivo (publicação) CONTRATO OU ESTATUTO SOCIAL em vigor, comprovante da regular constituição da empresa, devidamente registrado na junta comercial;
02	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
03	Cópia autenticada da Cédula de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física (CPF)
04	Certidão Negativa de débitos com a Seguridade Social – INSS.
05	Certidão de Regularidade de Situação com FGTS – CRF.
06	Certidão Negativa de Tributos MUNICIPAIS da Sede ou Domicílio da Licitante ou da Contratante.
07	Certidão Negativa de Tributos ESTADUAIS da sede da empresa licitante.
08	Certidão Conjunta de Tributos e Contribuições FEDERAIS e da DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administradas pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
09	Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, Lei 12.440/11.
10	Certidão Negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA E RECUPERAÇÃO, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, excluindo-se o dia da emissão.
11	Modelo de Declaração Conjunta. Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Com. Nº 123/06); Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (Lei n 10.520/02); Não emprega menor (inc. V, art. 27, Lei nº 8.666/93); Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação (§ 2º, art. 32, Lei nº 8.666/93).

24

Os documentos necessários à habilitação deverão apresentar prazo de validade e serão apresentados os originais ou cópias autenticadas em Cartório competente com o devido selo de autenticidade. Porém, não serão aceitas fotocópias efetuadas em aparelhos “fac-símile”, bem como aquelas que se encontrarem ilegíveis.

Caso o licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro(s) estabelecimento(s) da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, o(s) CNPJ desse(s) estabelecimento(s), observando que a habilitação será feita em relação ao estabelecimento indicado.



ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

(Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei Com. N.º 123/06); Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação (Lei n.º 10.520/02); Não emprega menor (inc. V, art. 27, Lei n.º 8.666/93); Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação (§ 2º, art. 32, Lei n.º 8.666/93)).

(Nome da Empresa), CNPJ/MF N.º, sediada, (endereço completo). Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

- Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e **Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação** exigidos pelo Edital, nos termos da Lei n.º 10.520/02.
- Declaramos para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
- Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos não possuir vínculo/Parentes com funcionário na Administração de Ministro Andreazza/RO.

25

A empresa declara ainda que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93.

(Local e Data)

(Responsável legal e n.º CPF e RG)
Função na empresa



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n°. 085/CPL/2015
Processo Administrativo N° 0 58/SEMAGRI/2015

C P L
Processo N° 58
Folhas _____

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA (PARA REALINHAMENTO)

Edital de Pregão Eletrônico N° 085/CPL/2015

Processo n° 058/2015/SEMAGRI

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Nome de Fantasia _____

Razão Social: _____

CNPJ: _____ OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Estado: _____ CEP: _____

Fone/Fax: _____ E-MAIL: _____

Conta Corrente n°. _____ Agência n°. _____ Banco _____

Nome completo do responsável legal da empresa: _____

CPF: _____ RG: _____ CEL/TELEFONE: _____

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL:						R\$

26

DECLARAMOS que estão inclusas no valor contrato todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais do serviço a ser prestado, conforme **Edital de Pregão Eletrônico N° 85/CPL/2015**.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias contados da sua abertura.

Condições de pagamentos: _____ (dias).

Local e data: _____

Nome Completo do Representante Legal e
Função na empresa



ANEXO V

FICHA TÉCNICA DESCRITIVA DO OBJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA/RO

Edital de Pregão Eletrônico N.º 085/CPL/2015

Processo n.º 058/2015/SEMAGRI

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

1. DO OBJETO

LOTE 1

Valor Máximo do Lote: 72.336,00 (setenta e dois mil, trezentos e trinta e seis reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Óleo lubrificante Turbo STD15 W 40 API CG 4 1º linha, balde com 20 litros.	BALDE	274	264,00	72.336,00

LOTE 2

Valor Máximo do Lote: 17.780,00 (dezesete mil, setecentos e oitenta reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Óleo ATF hidráulico de 1º linha, galão com 20 litros .	GAL.	70	254,00	17.780,00

LOTE 3

Valor Máximo do Lote: 3.419,55 (três mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Fluido de freio Dot 04 frasco com 500 ml.	FRS.	135	25,33	3.419,55

LOTE 4

Valor Máximo do Lote: 31.240,90 (trinta e um mil, duzentos e quarenta reais e noventa centavos)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Óleo 80 w 90 API 1º /GL 05 balde de 20 litros.	BALDE	115	271,66	31.240,90



LOTE 5

Valor Máximo do Lote: 11.745,00 (onze mil, setecentos e quarenta e cinco reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Óleo lubrificante 140, 1º linha galão com 20 litros .	GAL.	45	261,00	11.745,00

LOTE 6

Valor Máximo do Lote: 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	ÓLEO LUBRIFICANTE SEMI SINTENTICO 10W40 LITRO	LTS.	50	28,00	1.400,00

LOTE 7

Valor Máximo do Lote: 14.684,94 (quatorze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Graxa NGLI - 2.	UND	9	1.631,66	14.684,94

LOTE 8

Valor Máximo do Lote: 21.146,64 (vinte e um mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Graxa CH.	UND	8	2.643,33	21.146,64

LOTE 9

Valor Máximo do Lote: 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro FBD 353-Diesel	UND	10	65,00	650,00

LOTE 10

Valor Máximo do Lote: 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro LB 962 - Lubrificante	UND	10	35,00	350,00

28



LOTE 11

Valor Máximo do Lote: 1.100,00 (um mil e cem reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro 2RO 1271771 - Diesel	UND	10	110,00	1.100,00

LOTE 12

Valor Máximo do Lote: 1.000,00 (um mil reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro S1.05501.7160 - Lubrificante	UND	10	100,00	1.000,00

LOTE 13

Valor Máximo do Lote: 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro S11.2503-0063 - Diesel	UND	10	150,00	1.500,00

LOTE 14

Valor Máximo do Lote: 500,00 (quinhentos reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro FBS 960/1 - Separador	UND	10	50,00	500,00

LOTE 15

Valor Máximo do Lote: 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro HD 983 - Lubrificante	UND	10	85,00	850,00

LOTE 16

Valor Máximo do Lote: 900,00 (novecentos reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro LX 1716 Ar	UND	10	90,00	900,00

29



Equipe de Apoio na Modalidade Pregão
Pregão Eletrônico SRP n°. 085/CPL/2015
Processo Administrativo N° 0 58/SEMAGRI/2015

C P L
Processo N° 58
Folhas _____

LOTE 17

Valor Máximo do Lote: 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro FBS 980 - Separador	UND	10	120,00	1.200,00

LOTE 18

Valor Máximo do Lote: 500,00 (quinhentos reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro de Óleo Motor 152	UND	10	50,00	500,00

LOTE 19

Valor Máximo do Lote: 500,00 (quinhentos reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro de Óleo Motor 166	UND	10	50,00	500,00

LOTE 20

Valor Máximo do Lote: 400,00 (quatrocentos reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Filtro de Óleo Motor L200	UND	10	40,00	400,00

LOTE 21

Valor Máximo do Lote: 26.439,60 (vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Óleo hidráulico 68 ISO VG, galão com 20 litros.	GAL.	120	220,33	26.439,60

LOTE 22

Valor Máximo do Lote: 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Óleo SAE W 30 Tork. Galão com 20 litros .	GAL.	20	294,00	5.880,00



LOTE 23

Valor Máximo do Lote: 7.946,40 (sete mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Solução aquosa 1º linha galão com 20 litros.	GAL.	80	99,33	7.946,40

LOTE 24

Valor Máximo do Lote: 19.140,00 (dezenove mil, cento e quarenta reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Óleo lubrificante SAE 50 T 04 balde de 20 litros.	BALDE	55	348,00	19.140,00

LOTE 25

Valor Máximo do Lote: 10.240,00 (dez mil, duzentos e quarenta reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Óleo 85 W 140 API/GL-5, balde de 20 litros .	BALDE	40	256,00	10.240,00

LOTE 26

Valor Máximo do Lote: 20.760,00 (vinte mil, setecentos e sessenta reais)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	Óleo transmissão 10 W 30 multi G balde de 20 litros.	BALDE	60	346,00	20.760,00

LOTE 27

Valor Máximo do Lote: 13.661,20 (treze mil, seiscentos e sessenta e um reais e vinte centavos)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	ÓLEO HIDRÁULICO AMBRA MASTER TRAN BALDE 20 LITROS	BALDE	40	341,53	13.661,20

31



LOTE 28

Valor Máximo do Lote: 906,40 (novecentos e seis reais e quarenta centavos)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	ÓLEO LUBRIFICANTE API-SL 20W50 LITRO	BALDE	40	22,66	906,40

LOTE 29

Valor Máximo do Lote: 786,40 (setecentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit.	Valor Máx. Total.
1	ÓLEO LUBRIFICANTES 2 TEMPOS LITRO	BALDE	40	19,66	786,40

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

2.2 A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do Pregão.

2.3 O Prazo de execução será conforme determinado no Termo de Referência e Edital.

2.4 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno cumprimento do objeto, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc).

2.5 Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e Cumpre Plenamente Todos os Requisitos de Habilitação exigidos pelo Edital, nos termos da Lei n.º 10.520/02.

2.6 Declaramos para os devidos fins que estamos sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123/06.

Sim () ou Não ().

Observação: por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante.



ANEXO VI
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRONICO SRP N°. 085/CPL/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 058/2015

Aos _____ (_____) dias do mês de _____ de 2015, as _____, horas, de um lado o Município de Ministro Andreazza, com sede na Avenida Pau Brasil, n. 5577, Centro em Ministro Andreazza-RO, inscrito no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n. 63.762.074/0001-35, neste Ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. NEURI CARLOS PERSCH, brasileiro, casado, portador do Documento de identidade RG n° 315.616- SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob n°. 325.451.772-53, com a interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXX neste ato denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do Pregão na Modalidade Eletrônica n°. ____/2015/SEMAGRI, sendo **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ÓLEOS HIDRÁULICO, GRAXA, FILTRO DE AR E FILTRO LUBRIFICANTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA**, celebrado entre a prefeitura e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: XXXXXXXX, com sede no endereço XXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representado por seu representante, Senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF: XX, RG: XXX, endereço: XX, telefone XXX, de acordo com o resultado do Pregão Eletrônico SRP 85 /CPL/2015.

- 1) o objeto desta ata deverá ser entregue no prazo local e condições determinadas no termo de referencia e nas disposições contidas no instrumento convocatório;
- 2) o presente Registro de Preços terá a vigência de 12 doze) meses a contar da sua publicação.
- 3) o item registrado na ata é o seguintes:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

CLAUSULA I - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

O fornecedor(s) deverá:

- Entregar o objeto licitado no local indicado e na quantidade solicitada, conforme a necessidade desta Órgão requisitante.
- O fornecedor(s) terá que ter disponível o objeto sempre que for necessária a sua retirada.
- Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.



CLAUSULA III - DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados pela imprensa oficial do Município.

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS:

Foi utilizada na composição dos preços, a média aritmética obtida com base no seguinte parâmetro:

- Pesquisa de preço realizada junto a empresas do ramo, durante o mês de Agosto do ano de 2015.

CLAUSULA V - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA VI - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO: O prestador dos serviços terá seu registro cancelado quando:

- 1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este ser tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público.
 - 1.4.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses prevista, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
 - 1.4.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

CLAUSULA VII - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: a Publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa Oficial do Município, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLAUSULA VIII - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS:

- 6.1 A Presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por órgãos usuários, deste que autorizada pelo Órgão Gerenciador.
- 6.2 O preço ofertado pela(s) Licitante(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I, de acordo com a especificação no Pregão na Modalidade Eletrônica n. ____/2015.
- 6.3 Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do Pregão na Modalidade Eletrônica n. ____/2015, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 6.4 A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago, será o constante da proposta apresentada no Pregão na Modalidade Eletrônica n. ____/2015, pelas Licitantes detentoras da presente Ata, as quais também a integram.



CLAUSULA IX – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Deverá obedecer aos termos do TERMO DE REFERENCIA.

CLAUSULA X – DO PAGAMENTO:

Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá apresentar à unidade requisitante a competente nota fiscal (e demais documentos que por ventura sejam exigidos no edital), acompanhada do atestado de recebimento definitivo (quando for o caso) e cópias das CNDs INSS/FEDERAL, FGTS e TRABALHISTA.

Subcláusula Primeira. Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.

Subcláusula Segunda. Para atestar o recebimento definitivo do objeto entregue (*quando for o caso*), as unidades requisitantes terão o prazo de cinco dias úteis, contados da data da entrega.

Subcláusula Terceira. As unidades requisitantes não poderão receber o produto diferente daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.

Subcláusula Quarta. O pagamento ficará condicionado à apresentação pela DETENTORA dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

- a) certidão negativa de débitos para com a Seguridade Social – INSS/FEDERAL;
- b) certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Subcláusula Quinta. Estando regular a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA, em um dos Bancos informados pelas mesmas, a critério da Secretaria Municipal de Fazenda.

Subcláusula Sexta. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a DETENTORA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



$I = I/365$ $I = 6/100/365$ $I = 0,00016438$
Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

CLAUSULA XI – DAS OBRIGADAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1 - Zelar pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, pela prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, pelo pagamento oportuno das parcelas devidas e pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro da Carta Contrato.

11.2 - Promover, através de seu representante, acompanhamento e fiscalização dos serviços.

11.3 - Efetuar o pagamento a Contratada mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente certificada pelo secretario da pasta requisitante.

CLAUSULAS XII – DAS PENALIDADES:

12.1 – Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as penalidades, sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais.

12.2 – Pela inexecução das condições estipuladas na carta-contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e na carta-contrato e as demais cominações legais.

12.3 – As penalidades previstas nesta clausula obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002 e suas alterações.

CLAUSULAS XIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

As dúvidas quanto à aquisição destes serviços poderão ser sanadas através do telefone 0(xx) 69 3448-2361, no horário de 7:00 às 13:00 horas.

CLAUSULA XIV - DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Seção Judiciária da Comarca de Cacoal do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro.

E, por assim estarem justas e contratadas, depois de lido e achado conforme, assinam as partes o presente instrumento junto às testemunhas que também o subscrevem, a tudo presentes.

Ministro Andreazza, ___/___/___ de 2015

Órgão Gerenciador
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

EMPRESA DETENTORA



ANEXO VII
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O
 MUNICIPIO DE
 MINSITRO ANDREAZZA E

O MUNICÍPIO DE MINISTRO ANDREAZZA-RO., Pessoa Jurídica de Direito Público, portadora do CGC/MF n.º 63.762.074/0001-85, com sede na Av. Pau Brasil 5577, Bairro Centro, na Cidade de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, daqui em diante simplesmente denominada **CONTRATANTE**, neste Ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. NEURI CARLOS PERSCH, brasileiro, casado, portador do Documento de identidade RG n.º 315.616- SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob n.º. 325.451.772-53, com a interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL xxxxxxxx** e do outro lado neste Ato denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento, regido pela Lei Federal n.º. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, nos preceitos de Direito Público e supletivamente, nos Princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, conforme consta da Cláusula Primeira deste contrato, de conformidade com a o Processo n.º.xxxxxx/2.015, as exigências e a proposta do Pregão Eletrônico n., pela forma de execução indireta por preço global, conforme segue:

37

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ÓLEOS HIDRÁULICO, GRAXA, FILTRO DE AR E FILTRO LUBRIFICANTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA.**

DA LICITAÇÃO

CLAUSULA SEGUNDA - Integra este instrumento contratual, Edital de Pregão Eletrônico n.º 85/CPL/2015 os anexos, propostas apresentadas, guardada a necessária conformidade entre eles, devidamente assinadas e rubricadas, apresentados a Pregoeira Oficial.

DO AMPARO LEGAL

CLÁUSULA TERCEIRA - O Amparo Legal do presente Contrato, encontra-se consubstanciado no Pregão Eletrônico n.º 85/CPL/2015, Processo Administrativo n.º 58/2015, Nota de Empenho n.º xxxxxxxxxx, e Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, sendo esta também a Legislação, aplicáveis nos casos omissos deste Contrato.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - O objeto deste Contrato será executado pelo menor preço, valor unitário, execução indireta, mediante Nota de empenho, expedida pelo Órgão requisitante.

DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUINTA - O preço do presente Contrato é de R\$. (), para execução do objeto previstos na cláusula primeira. O pagamento do preço ajustado será efetuado mensalmente, após a comprovação da realização dos serviços e apresentação das Notas Fiscais e/ou faturas devidamente certificada e Certidões Negativas de Débito do INSS, FGTS, FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL E TRABALHISTA.



DO REAJUSTE

CLÁUSULA SEXTA - Os serviços ora licitados, não sofrerão reajuste de preço durante a vigência do contrato. Na prorrogação do contrato o valor inicialmente contratado poderá ser reajustado utilizando-se dos índices econômicos oficiais de acordo com as normas legais e de mercado INPC do IBGE, ou na falta deste o IGPM da FGV.

DO PRAZO DE INICIO E EXECUÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – O prazo para execução é de xxx (xxxx) dias, contados da retirada na Nota de Empenho, os prazos poderão ser prorrogados de acordo Edital.

DO ORÇAMENTO

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta das funções programáticas através dos Programas de Trabalhos: XXXXXXXX Elemento de Despesa xxxxxxxxx.

DA GARANTIA

CLÁUSULA NONA - Não serão exigidas garantias do prestador de serviços, para a assinatura do contrato.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA - O recebimento dos serviços será através da comprovação da realização dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal e/ou fatura, com os relatórios de execução dos serviços, certificados pelo fiscal indicado pela Secretaria (Órgão) xxxxxxxxxx.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Contrato poderá ser prorrogado e/ou aditado, por ambas as partes, nas seguintes condições:

- a) Iniciativa da CONTRATANTE;
- b) Caso fortuito ou força maior;
- c) Aditamento de serviço; e
- d) Interesse público e/ou da Administração.

Parágrafo único - A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrente de modificação de quantitativos, projeto ou especificações, de acordo com a lei 8.666/93 art.65 §2º e lei 9.648 art. 57 inc.II.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A entrega dos serviços fora dos prazos ou das especificações estabelecidas neste Edital ensejará a aplicação ao inadimplente de multa de mora de 1% (um por cento), por dia de atraso ou por dia que decorrer até a substituição satisfatória dos serviços, limitada em 30 (trinta) dias, calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou do saldo não atendido no prazo estipulado, sem prejuízo de qualquer outra penalidade. O Licitante que deixar de cumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas, ficará sujeito ainda às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do Contrato, sem prejuízo de perdas e danos para a CONTRATANTE e da multa moratória cabíveis;
- c) Suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração enquanto



perdurarem os motivos da punição.

Subcláusula Primeira - As sanções previstas nas alíneas C e D do item anterior poderão ser aplicadas às empresas que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com suas entidades paraestatais:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da Licitação;
- c) Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo único: Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA quando multada, antes que efetue o pagamento da multa referenciada.

DAS RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A CONTRATADA assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão-de-obra, aparelhos e equipamentos necessários a boa e perfeita entrega dos produtos objetos da presente contratação. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Município ou a terceiros.

39

Subcláusula Primeira - Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao Município no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado de Notificação Administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.

Subcláusula Segunda - O Município não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados a Legislação Tributária, Trabalhista, Previdenciária ou Securitária, decorrentes da execução do presente termo, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à CONTRATADA.

Subcláusula Terceira - O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado à terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Subcláusula Quarta - A CONTRATADA manterá durante toda execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na Licitação.

Subcláusula Quinta - Constituirá encargo exclusivo da CONTRATADA as despesas de manutenção, abastecimento e peças, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução do seu objeto.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O Município poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78, incisos I à XIII e artigo 79, incisos II e III, da Lei 8.666, de 21/06/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A CONTRATADA quando punida poderá recorrer das decisões do CONTRATANTE, com base na Lei n.º 8.666, de 21/06/93.



DO FORO E DOMICILIO

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - Fica eleito o foro de Comarca de Cacoal, para nele dirimir as dúvidas ou questões oriundas deste Contrato, renunciando as partes, desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Ministro Andreazza (RO) xxxxxxxx de xxxxxxxxx de 2015

NEURI CARLOS PERSCH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
ÓRGÃO SOLICITANTE

EMPRESA
CONTRATADA

40